

Sumário

Apresentação à 2ª edição	21
1. Introdução	23
2. O Processo Civil e a busca da tutela específica	25
2.1. O Processo Civil como meio de realização material (concreta) do Direito	25
2.2. A busca da tutela específica; do Direito Romano às <i>astreintes</i> francesas. Medidas análogas no direito comparado	28
2.2.1. Direito romano	29
2.2.2. Direito intermédio	32
2.2.3. O Direito francês e as <i>astreintes</i>	33
2.2.4. O sistema da <i>Common Law</i> e o <i>contempt of court</i>	36
2.2.5. Direito italiano	42
2.2.6. Direito alemão	43
2.2.7. Direito português	44
3. As <i>astreintes</i> e o Processo Civil brasileiro: previsão legal, natureza, conceito e sistemática de aplicação	47
3.1. A previsão legislativa das <i>astreintes</i> no Brasil	47
3.1.1. Cumprimento e Execução da Sentença: Leis 11.232/05 e 11.382/06 e seu impacto na sistemática das <i>astreintes</i>	61
3.2. Quadro comparativo Brasil-França	62
3.3. Da natureza jurídica das <i>astreintes</i> brasileiras	67
3.3.1. Tutela jurisdicional ou técnica de tutela?	68
3.3.2. A suposta eficácia moralizadora das <i>astreintes</i> e sua proteção à dignidade da justiça	70
3.3.3. O caráter coercitivo das <i>astreintes</i>	75
3.3.4. O caráter acessório das <i>astreintes</i>	79
3.3.5. O caráter patrimonial e a discussão acerca da natureza de pena privada	83
3.3.6. A relação das <i>astreintes</i> com a carga da eficácia das decisões judiciais	87
3.4. Conceito	100
3.5. Tipos de obrigações que, impostas por decisão judicial, autorizam a utilização das <i>astreintes</i>	102
3.5.1. Obrigações de fazer e não fazer. Obrigações de entrega de coisa	102
3.5.1.1. Obrigação de exhibir documentos	105
3.5.2. Obrigação de prestar declaração de vontade	106
3.5.2.1. A outorga de escritura e a utilização das <i>astreintes</i>	108
3.5.3. Obrigações de fazer fungíveis e infungíveis	113

3.5.3.1. Do direito moral do artista ou da incoercibilidade da liberdade de criação pessoal	120
3.5.4. Do descabimento da utilização das <i>astreintes</i> como coerção ao cumprimento da obrigação de pagar quantia	121
3.5.5. O sujeito passivo da multa, sua aplicação contra a Fazenda Pública, as <i>astreintes</i> contra o autor e contra terceiros	127
3.6. Efetividade da multa: aplicação dos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade	133
3.7. Momentos e iniciativa de fixação e modificação das <i>astreintes</i>	136
3.7.1. Antecipação da tutela	137
3.7.2. Sentença	138
3.7.3. Decisões dos tribunais (monocráticas ou colegiadas)	140
3.7.4. Despacho citatório no processo executivo (títulos executivos extrajudiciais)	140
3.8. Da incidência da multa	141
3.8.1. Termo <i>a quo</i>	141
3.8.1.1. Da necessidade de intimação pessoal do réu para o cumprimento da decisão e da inaplicabilidade dos artigos 184, §§1º e 2º, e 241	145
3.8.2. Termo <i>ad quem</i>	148
3.8.3. A unidade de tempo	153
3.8.4. As obrigações de cunho instantâneo e a chamada <i>multa fixa</i>	153
3.8.5. Unidades inferiores e superiores de tempo	158
3.8.6. A modificação do <i>quantum</i> no curso da incidência das <i>astreintes</i>	162
3.8.7. A multa não pune atraso, mas, sim, desestimula o descumprimento	162
3.8.8. Cumprimento parcial da obrigação e <i>astreintes pro rata</i>	164
3.9. A determinação do <i>quantum</i> da multa	167
3.9.1. Os limites do <i>quantum</i>	170
3.9.1.1. Dispositivos do direito material	170
3.9.1.2. Convenção das partes	174
3.9.1.3. Juizados Especiais	179
3.9.2. A progressividade	183
3.10. A cumulação com as perdas e danos e com as demais sanções administrativas, cíveis, penais e processuais	186
3.10.1. Perdas e danos	186
3.10.2. Multa moratória	186
3.10.3. Litigância de má-fé, multa punitiva do artigo 14, parágrafo único, e demais multas processuais	188
3.10.4. O crime de desobediência	189
4. Efeitos das decisões finais de mérito, dos recursos e das ações autônomas na incidência e exigibilidade das <i>astreintes</i>	193
4.1. A decisão final de mérito e sua implicação na exigibilidade do crédito resultante da incidência das <i>astreintes</i>	194
4.1.1. Decisão final de improcedência da ação	194
4.1.2. Decisão final de procedência da ação	204
4.2. Os efeitos dos recursos sobre as <i>astreintes</i>	205
4.2.1. Os efeitos imediatos (recebimento) e mediatos (julgamento) do recurso de agravo de instrumento contra a decisão que fixa <i>astreintes</i> em antecipação da tutela	205
4.2.2. Os efeitos imediatos (recebimento) e mediatos (julgamento) do recurso de apelação sobre as <i>astreintes</i>	211

4.2.2.1. Apelação do autor contra sentença de improcedência, em ação na qual foi deferida a antecipação dos efeitos da tutela acrescida das <i>astreintes</i> .	212
4.2.2.2. Apelação do réu contra sentença de procedência. Apelação com efeito meramente devolutivo (sentença na qual foi confirmada a antecipação dos efeitos da tutela acrescida das <i>astreintes</i> , ou fixadas estas últimas), e com ambos os efeitos .	214
4.3. A revogação, pelo próprio juiz, das decisões interlocutórias que contêm a previsão de <i>astreintes</i> .	216
4.4. Os efeitos de outros recursos e de ações autônomas sobre a incidência e exigibilidade das <i>astreintes</i> .	217
4.4.1. Embargos de declaração .	217
4.4.2. Impugnação ao cumprimento da sentença e embargos à execução .	220
4.4.3. Outros recursos e ações: uma regra geral .	222
4.4.3.1. Da comunicação do réu acerca das decisões que suspendem ou restabelecem a exigibilidade de sua conduta .	223
5. <i>Astreintes</i> e Processo de Execução ou Cumprimento de Sentença .	225
5.1. Breves considerações acerca da execução das obrigações de fazer, não fazer e entregar coisa .	225
5.1.1. A sistemática do processo de execução de obrigações de fazer e não fazer anterior à Lei 10.444/02, e a aplicabilidade das <i>astreintes</i> . Valor unitário da multa e coisa julgada .	226
5.1.2. Os títulos executivos extrajudiciais e a aplicação das <i>astreintes</i> .	230
5.1.3. O termo de ajustamento de conduta e a atribuição de obrigações a terceiros .	231
5.2. A execução civil do crédito resultante das <i>astreintes</i> na sistemática da Lei 11.232/05 .	232
5.2.1. Titorialidade do crédito resultante da aplicação da multa e legitimidade para sua execução: uma insuperável antinomia? .	232
5.2.1.1. Ações civis públicas .	243
5.2.2. A espécie de execução por quantia certa .	244
5.2.3. A execução das <i>astreintes</i> e o princípio da <i>nulla executio sine titulo</i> .	245
5.2.4. Requisitos da obrigação para a execução por quantia certa: liquidez, certeza e exigibilidade .	247
5.2.4.1. Certeza .	249
5.2.4.2. Liquidez .	250
5.2.4.2.1. Procedimento para a liquidação e cobrança do crédito resultante da incidência das <i>astreintes</i> .	251
5.2.4.3. A exigibilidade das <i>astreintes</i> e sua execução provisória ou definitiva .	254
5.2.4.3.1. <i>Astreintes</i> fixadas no processo de conhecimento (art. 461, § 4º) .	255
5.2.4.3.2. <i>Astreintes</i> fixadas no despacho da inicial no processo de execução de título extrajudicial (art. 645, <i>caput</i>) .	264
5.2.5. Execução parcial .	265
5.2.6. A extinção (total ou parcial) do crédito resultante das <i>astreintes</i> e a coisa julgada .	266
5.2.7. Da correção monetária e incidência de juros sobre o crédito resultante da incidência das <i>astreintes</i> .	271
6. <i>Astreintes</i> e processo administrativo .	273
7. <i>Astreintes</i> e arbitragem .	277
Referências bibliográficas .	279
Índice alfabético-remissivo .	287